

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 3/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 83/2026

**TERMO DE CONTRATO N.º 3/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR E A EMPRESA
MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA ME.**

1

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR/SP, CNPJ N.º 51.447.472/0001-28, estabelecido na Av. Prof. Valter Ribas de Andrade, 555 - Vila Nova, Cajamar - SP, 07752-000, denominado daqui por diante de **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Sr. EDIVILSON LEME MENDES, Presidente, e do outro lado MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA ME, CNPJ/CPF n.º 22.077.561/0001-21, com sede em Rua Elvira Gomedí Cairrão, 124 C - Jardim Vitoria, Cambé - PR, CEP 86.184-370, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo(a) Sr(a). ROGÉRIO NARCISO DA COSTA, Sócio, portador do(a) CPF n. [REDACTED], RG n. [REDACTED], tem justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO, DE FORMA PARCELADA, DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR/SP PARA PERÍODO DE UM ANO.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se:

1.2.1. Ao Termo de Referência;

1.2.2. Ao Aviso de Contratação Direta n.º 9/2026, processo n.º 83/2026; e

1.2.3. À proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. O item a ser fornecido por meio deste termo de contrato é o que segue:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
7	<p>Café Superior torrado e moído, embalado a vácuo, com sabor característico, marcante e equilibrado. CATMAT nº 606523. Apresentação: produto torrado e moído, tipo único.</p> <p>Torrefação na faixa de cor correspondente a médio claro até moderadamente escuro. Defeitos permitidos: até 10% de grãos pretos, verdes e ardidos (PVA) destinados à infusão. Produto apresentado em pó homogêneo, isento de impurezas, defeitos sensoriais e odores estranhos, vedada a presença de resíduos de grãos pretos, verdes ou fermentados. Nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos, avaliada por equipe selecionada e treinada, utilizando escala de 0 a 10, segundo a metodologia oficial de avaliação sensorial prevista na Resolução SAA-28 de 01 de junho de 2007 realizada por qualquer laboratório localizado no território nacional certificado pelo INMETRO, Secretaria de Agricultura ou autoridade equivalente. Produto constituído exclusivamente de cafés arábica, aceitando-se a adição de, no máximo, 20% de café conilon apresentando aroma e sabor característicos da categoria Superior, de acordo com RESOLUÇÃO SAA Nº 28, DE 01 DE JUNHO DE 2007. Suas condições deverão estar de acordo com a Portaria nº377 de 26/04/99 da ANVISA, RDC nº277/05 da Anvisa e Alterações Posteriores. Embalagem primária a vácuo, íntegra, própria para alimentos, garantindo proteção contra umidade, oxidação e perda de frescor. PODERÃO SER ACEITOS CAFÉS NAS CERTIFICAÇÕES NAS CATEGORIAS “GOURMET”, com nota de qualidade global superior a 7,3, conforme Resolução SAA-28 de 01 de junho de 2007. A validade deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses ou conforme prazo definido pelo fabricante, sendo obrigatória a entrega do produto com, no mínimo, 2/3 (dois terços) do prazo de validade vigente contado a partir da data de entrega. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.</p>	ODEBRECHT (SUPERIOR)	340	kg	R\$ 34,00	R\$ 11.560,00
8	<p>Chá de Erva-Mate. Caixa de 250g. CATMAT: 353663 Produto constituído pelas folhas, hastes, pecíolos e pedúnculos de erva mate (constituído exclusivamente pelas folhas e ramos de Ilex paraguariensis St. Hil.), seguindo a Resolução nº 277/2005 e queimado sem coloração artificial, sem mistura com outras ervas. Embalagem caixinhas de 250g, reembaladas em caixas de papelão reforçadas. No rótulo deverá constar a denominação chá, seguida da classificação e procedência. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e embalagens danificadas. Considerar as datas conforme programação de entrega. A data de validade deverá constar da embalagem primária e da embalagem secundária. A validade deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses ou conforme prazo definido pelo fabricante.</p>	UNIAO DA VITORIA	250	caixa 250g	R\$ 6,00	R\$ 1.500,00
9	<p>Leite em pó integral instantâneo, próprio para consumo humano, conforme CATMAT n 446019. O produto deve ser obtido por desidratação de leite integral, apresentar solubilidade instantânea sem formação excessiva de grumos e conter no mínimo 3,5% de gordura, mantendo aspecto homogêneo, cor creme uniforme e ausência de partículas estranhas, odores anormais ou umidade excessiva, em conformidade com a legislação sanitária vigente. A embalagem primária deverá ser composta por lata metálica de folha de flandres ou alumínio, ou por embalagem plástica aluminizada, todas atóxicas, íntegras, lacradas, resistentes, isentas de ferrugem, amassados ou sinais de violação, garantindo a integridade do produto até o consumo. Cada embalagem deverá conter 400 g de produto e apresentar rotulagem completa, incluindo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, lista de ingredientes, informações nutricionais e demais dados obrigatórios. Caso seja constatada qualquer alteração nas características do produto antes do vencimento ou verificada a presença de embalagens danificadas, o fornecedor deverá realizar a reposição imediata, sem ônus para a Administração. Marcas de referência meramente exemplificativas: Nestlé, Itambé, Elegê, Parmalat ou equivalente de qualidade igual ou superior. A validade deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses ou conforme prazo definido pelo fabricante, sendo obrigatória a entrega do produto com, no mínimo, 2/3 (dois terços) do prazo de validade vigente contado a partir da data de entrega.</p>	ITAMBÉ	620	Saco 400g	R\$ 24,00	R\$ 14.880,00

1.4. Da programação de entrega:

1.4.1. Item 7: Café Superior torrado e moído

Entrega 1	Entrega 2	Entrega 3
20/10/2026	20/01/2027	20/04/2027

1.4.2. Item 8: Chá Erva-Mate; Item 9: Leite em pó integral 400g

Entrega 1	Entrega 2	Entrega 3	Entrega 4
20/05/2026	20/08/2026	20/11/2026	20/02/2027

1.5. Da quantidade por entrega:

1.5.1. Item 7: Café Superior

Item	Descrição	Entregas	Quantidade por Entrega	Total
7	Café Superior	3	Duas entregas de 113 unidades e uma entrega de 114 unidades	340

1.5.2. Item 8: Chá Erva-Mate

Item	Descrição	Entregas	Quantidade por Entrega	Total
8	Chá Erva-Mate	4	Três entregas de 62 unidades e uma entrega de 64 unidades	250

1.5.3. Item 9: Leite em Pó Integral

Item	Descrição	Entregas	Quantidade por Entrega	Total
9	Leite em pó integral	4	155 unidades cada entrega	620

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) – Lei n.º 14.133/2021 bem como na Resolução da Câmara Municipal de Cajamar - CMDC n.º 256/2025.

3. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. A vigência deste instrumento contratual iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá como prazo:

3.1.1. Para todos os itens do Termo de Referência, a entrega final de todo o quantitativo presente em contrato ou de 12 (doze) meses conforme cronograma de entrega.

3.1.2. O prazo de cada parcela, será contado a partir do dia subsequente ao da data de entrega da parcela anterior.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo ou apostilamento.

3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.5. A CONTRATANTE informa que os itens 6 e 9 deste instrumento encontram-se vinculados ao Contrato Administrativo n.º 15/2025 (Processo Administrativo n.º 952/2025), firmado com a empresa LUCY EVELLYN DE CARVALHO BUENO (CNPJ 57.716.042/0001-40), o qual se encontra em fase de procedimento de extinção unilateral por inexecução, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021.

3.5.1. Em decorrência do exposto, a eficácia e o início da execução contratual para os itens abaixo descritos ficam submetidos a CONDIÇÃO SUSPENSIVA, vinculada à prévia e formal declaração de extinção do ajuste anterior:

3.5.1.1. *ITEM 6: Biscoito salgado tipo cream cracker sem recheio (CATMAT: 622355). Ingredientes referenciais: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal e/ou gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, fermentos: químico(s) e/ou biológico, aditivos permitidos na legislação e outros ingredientes que não descaracterizem o produto. Características físico química referenciais: gordura trans (máx.): 0,2g em 30g do produto, acidez em solução normal (máx.): 2,0ml/100g; umidade (máx.): 14,0%p/p; resíduo mineral fixo (máx.): 3,0%p/p (deduzido o sal). Embalagem primária: pacote de polipropileno biorientado ou polietileno, atóxico, contendo as seguintes informações: nome e endereço do fabricante, n.º do lote, marca do produto, data de validade, ingredientes, informação nutricional, e os dizeres: “contém glúten”. Embalagem tipo 3 em 1 (uma embalagem com 3 pacotes individuais). Marcas de referência: Bauducco, Vitarella, Panco ou superior. Validade mínima de 12 meses, com entrega de no mínimo 2/3 do prazo vigente.*

3.5.1.2. *ITEM 9: Leite em pó integral instantâneo (CATMAT n.º 446019). Obtido por desidratação de leite integral, solubilidade instantânea sem*

formação excessiva de grumos, mínimo 3,5% de gordura, aspecto homogêneo, cor creme uniforme. Embalagem primária: lata metálica ou plástica aluminizada, atóxica, íntegra, de 400g, com rotulagem completa. Marcas de referência: Nestlé, Itambé, Elegê, Parmalat ou equivalente. Validade mínima de 12 meses, com entrega de no mínimo 2/3 do prazo vigente.

3.5.1.3. Até o implemento da condição suspensiva (formalização da extinção do Contrato n.º 15/2025):

3.5.1.3.1. A CONTRATANTE não emitirá Ordem de Fornecimento para os itens 6 e 9;

3.5.1.3.2. A CONTRATADA não deverá realizar a entrega dos referidos itens;

3.5.1.3.3. Inexistirá qualquer obrigação de pagamento ou indenização por parte da Administração por ausência de execução autorizada.

3.5.1.3.4. Uma vez declarada a extinção do contrato anterior, a CONTRATANTE comunicará formalmente a CONTRATADA e expedirá a respectiva Ordem de Serviço/Fornecimento, momento em que se iniciará a contagem dos prazos de entrega e a plena eficácia destas obrigações.

4. DA RESCISÃO

4.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021.

4.2. A rescisão poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, mediante comunicação por escrito.

5. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

- 7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 7.1.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.9.** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias;
- 7.1.11.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 8.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, sempre que convocado pela Contratante.
 - 8.1.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
 - 8.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
 - 8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
 - 8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Aviso de Contratação Direta, o valor correspondente aos danos sofridos.
 - 8.1.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 8.2.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços os documentos de habilitação solicitados durante a realização do certame. A contratada deverá manter-se habilitada durante toda vigência contratual
- 8.3.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

- 8.4.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.5.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.6.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.7.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.8.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o os itens entregues e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.9.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 8.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 8.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 8.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 8.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato
- 9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 9.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “9.1.2” a “9.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “9.1.5” a 9.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “9.1.2” a “9.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 9.2.4. **Multa:**
 - 9.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 9.2.4.2. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 9.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9.º).

9.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7.º).

- 9.3.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 9.3.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º).
- 9.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
- 9.5.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.5.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.5.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.5.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.5.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 9.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 9.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da legislação vigente.

10. DO VALOR E DO PAGAMENTO

10.1. O valor total da presente avença é de **R\$ 27.940,00 (vinte e sete mil novecentos e quarenta reais)**.

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução o do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.3. O prazo para pagamento ao contratado é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, após o final de cada competência e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a este Contrato.

10.4. A CONTRATADA se compromete a realizar todas as cobranças referentes ao presente contrato por meio de boleto bancário ou outro meio solicitado pela Divisão Financeira da Câmara Municipal de Cajamar.

10.5. Qualquer forma alternativa de cobrança deverá ser previamente solicitada pela CONTRATADA, acompanhada de justificativa adequada, e somente será permitida mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

10.6. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível a CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação o desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

10.7. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

10.8. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.9. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.9.1. O prazo de validade;

10.9.2. A data da emissão;

- 10.9.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 10.9.4.** O período respectivo de execução do contrato;
 - 10.9.5.** O valor a pagar; e
 - 10.9.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficara sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, na o acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 10.11.** Previamente a emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
- 10.11.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 10.11.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 10.12.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 10.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.14.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 10.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não o regularize sua situação.
- 10.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.
- 10.16.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.17.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrera a retenção tributaria quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficara condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, salvo em caso de situação excepcional, devidamente justificada com a documentação necessária.
- 11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 11.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será (ão) adotado (s) em substituição o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de aditivo.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. A adequação orçamentária será realizada através de constatação no Saldo das Dotações Orçamentárias por Unidade (ficha) do período da solicitação (março de 2026) fornecido pelo setor de contabilidade da Câmara Municipal de Cajamar, demonstrando a viabilidade da contratação através da destinação específica de recursos ou mediante reserva orçamentária apresentada ao setor de Contabilidade da Câmara.
- 12.2. A dotação a ser realizada será a de **MATERIAL DE CONSUMO (3.3.90.30.00)**.
- 12.3. Para cumprimento integral da demanda foi realizada a Reserva Orçamentária n.º08/2026, anexada ao processo e vinculada a esta contratação, sinalizando que a Câmara Municipal de Cajamar tem previsão e disponibilidade de crédito para suportar as despesas contratuais integrais deste processo de compra.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021 bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei .º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais do contrato.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei .º 14.133/2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei .º 14.133/2021.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17. DO FORO

- 17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Cajamar, Estado de São Paulo, para dirimir questões derivadas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cajamar, 29 de abril de 2026.

15

EDIVILSON LEME MENDES

Presidente da Câmara Municipal de Cajamar

CONTRATADA:

ROGÉRIO NARCISO DA COSTA

Sócio

MR ALIMENTOS SAUHAVEIS LTDA ME